



# Boletim Conjuntural Agosto | 2020

## 1. CONJUNTURA NACIONAL

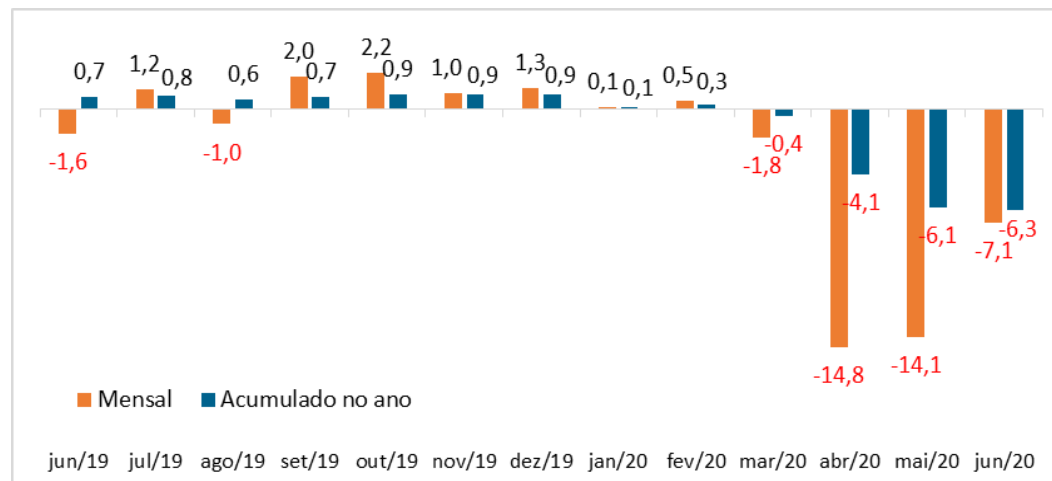
Como de praxe, a série mensal do Boletim Conjuntural do Comércio Varejista e dos Serviços, do Instituto Fecomércio – que analisa a conjuntura de segmentos do setor terciário – incorpora à abordagem procedimentos de contextualização, contemplando desempenho e perspectivas da economia brasileira. Nesse sentido, tem-se ressaltado, nas últimas edições do Boletim, um aspecto de fundamental importância: a ocorrência de uma imprevisível pandemia que se abate sobre uma economia que completa uma década de estagnação, recessão e lento crescimento.

Trata-se de uma crise sanitária que traz profundos efeitos negativos sobre a socioeconomia mundial, com expressivos danos também para o país, que já ostenta expressiva desigualdade de renda e de riqueza, grande déficit habitacional e de saneamento, além de deficiências significativas de infraestrutura. O impacto da pandemia no Brasil já gerou números assustadores: quase quatro milhões de infectados e mais de 115 mil mortos – sem se levar em conta a subnotificação dos casos. Assim, são expressivos os impactos econômicos e sociais provocados pela COVID-19. Será necessário esforço muito maior de recuperação do sistema produtivo do Brasil, até por se tratar de impacto de grande dimensão, e ainda de intensidade não totalmente previsível, pois o vírus continua ativo e recorrente em alguns territórios.

De fato, tomando-se o Índice de Atividade Econômica (IBC/BR), do Banco Central – que serve como antecipação do PIB – como primeiro indicador, deve-se enfrentar retração da economia de -6,3% no primeiro semestre de 2020, em comparação com o mesmo período de 2019, conforme ilustrado no Gráfico 1. Quando se analisa os meses de pleno impacto do Coronavírus, tendo-se por base de comparação meses similares do ano anterior, observam-se quedas bem mais expressivas, embora em ritmo decrescente: -14,8% em abril, -14,1% em maio, e -7,1 em junho. Ademais, o último Boletim Focus do Banco Central (21/08/2020) aponta para um declínio anual do PIB de -5,46% em 2020 – havendo projeções mais pessimistas, a exemplo do que divulgam o Banco Mundial e o FMI: retração do PIB brasileiro, respectivamente, de 8,0% e 9,1% – neste ano. Não fossem o necessário auxílio emergencial para desempregados e a liberação do FGTS emergencial – com relevante efeito positivo sobre o consumo das famílias pobres, especialmente no Norte e Nordeste – estaria sendo bem mais profunda a retração da produção de bens e serviços da economia brasileira. Todavia, mesmo que se confirme a estimativa de recessão menor que a inicialmente esperada para 2020, a queda da economia no segundo trimestre, relativamente ao trimestre anterior, deverá ser de 8,0

a 10,0% – trazendo um recorde, desde o início dos anos 1980. Ademais, o mesmo fator que leva a economia a sofrer menor retração, relativamente às primeiras estimativas (efeito-renda dos auxílios emergenciais mitigadores do impacto da pandemia), deverá, pós-extinção ou redução de escala, trazer de volta um impacto desacelerador sobre o nível de atividade econômica com a consequente ampliação do desemprego. O resultado esperado, em tal perspectiva, seria a volta para o nível de atividade pré-pandemia ser postergado para 2022.<sup>1</sup>

**Gráfico 1. Brasil: taxa de variação (%) mensal e acumulada no ano, do índice de atividade econômica (IBC-BR) – junho/2019 a junho/2020 (base: mesmo período do ano anterior)**

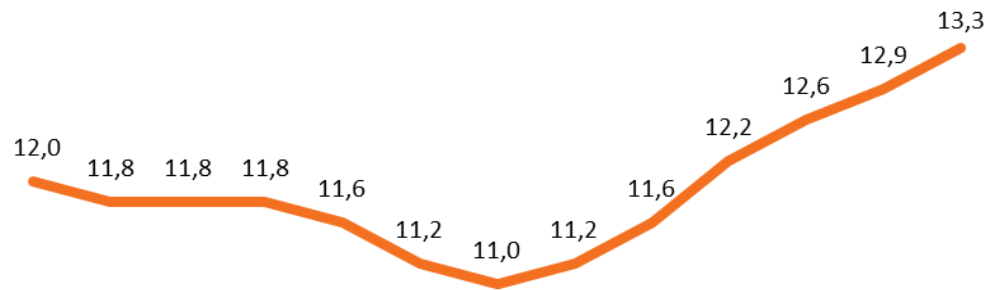


Fonte: Contas Nacionais Trimestrais/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

<sup>1</sup> Conforme <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/22/pib-do-2o-trimestre-trara-recessao-recorde-analistas-veem-recuperacao-do-nivel-pre-pandemia-so-em-2022.ghtml>. Acesso em 23/08/2020.

Tal desempenho da economia provocou enorme impacto no mercado de trabalho, corroendo emprego e rendimentos e trazendo redução da renda familiar e do consumo de bens e serviços. Dados oriundos da PNAD Contínua (IBGE) revelam cenário desolador em relação ao mercado de trabalho. A força de trabalho, que no segundo trimestre do ano passado era formada por 106,1 milhões de pessoas, declina para 96,1 milhões no segundo trimestre deste ano. São 10,0 milhões de indivíduos que deixaram a população economicamente ativa, significativa ampliação dos não-ocupados que desistiram de buscar um lugar no mercado de trabalho. O contingente de pessoas ocupadas (93,3 milhões) foi reduzido para 83,3 milhões. Ademais, a taxa de desemprego aberto aumenta para 13,3% no trimestre encerrado em junho – a mais alta dos últimos anos (Gráfico 2), crescimento provocado pela queda no número de pessoas que saíram da força de trabalho e não pelo aumento no número absoluto de pessoas desempregadas. De fato, o número de desocupados (12,8 milhões de indivíduos, aqueles que permanecem buscando ativamente algum tipo de ocupação – formal ou informal – e não logram êxito) se manteve igual ao mesmo mês de 2019. Parte dos que ficam sem ocupação, deixa de procurar outra, seja por acreditarem que não terão êxito, ou por medo de contaminação ou por terem sido infectados, ou ainda porque se satisfaz com o auxílio provido pelo governo. O efeito líquido é a redução (temporária) do próprio contingente de força de trabalho, como referido. Não fosse essa retração da força de trabalho, haveria, portanto, um contingente muito maior de desocupados.

Gráfico 2. Brasil: taxa (%) de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral) – abr-mai-jun/2019 ao abr-mai-jun/2020



abr a jun	mai a jul	jun a ago	jul a set	ago a out	set a nov	out a dez	nov a jan	dez a fev	jan a mar	fev a abr	mar a mai	abr a jun
2019						2019 e 2020		2020				

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Quando se particulariza o segmento formal do mercado de trabalho (Tabela 1), é observado que o primeiro semestre de 2020 se encerra com elevado saldo negativo, entre admissões e demissões: 1.198.363 postos de trabalho a menos, conforme dados do Ministério do Trabalho/CAGED. Destacam-se: comércio, incluindo veículos e motocicletas (-474.511); alojamento e alimentação (-298.920); e indústria de transformação (-242.763). Por outro lado, apenas quatro grupos de atividades registraram saldo positivo de empregos formais no primeiro semestre deste ano: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (62.633), Saúde humana e serviços sociais (43.158), Administração Pública, defesa e seguridade social (14.127), e Educação (13.008). Importante ser observado, todavia, que o mês de julho deste ano trouxe aumento líquido de mais de 131 mil postos de trabalho, no segmento formal, possivelmente refletindo a ampliação do consumo de famílias receptoras do auxílio governamental, e também da liberação de recursos do FGTS, além da liberação gradual da demanda reprimida por conta das restrições existentes sobre a maioria das atividades

econômicas. Esses fatos, devem ter contribuído para um melhor desempenho de alguns ramos de atividade econômica, com a conseqüente necessidade de admissão de novos empregados que retornaram para preencher parte do grande número de postos de trabalho que haviam sido perdidos com a pandemia.

**Tabela 1 - Brasil: saldo mensal e acumulado do ano da movimentação do emprego formal junho/2020**

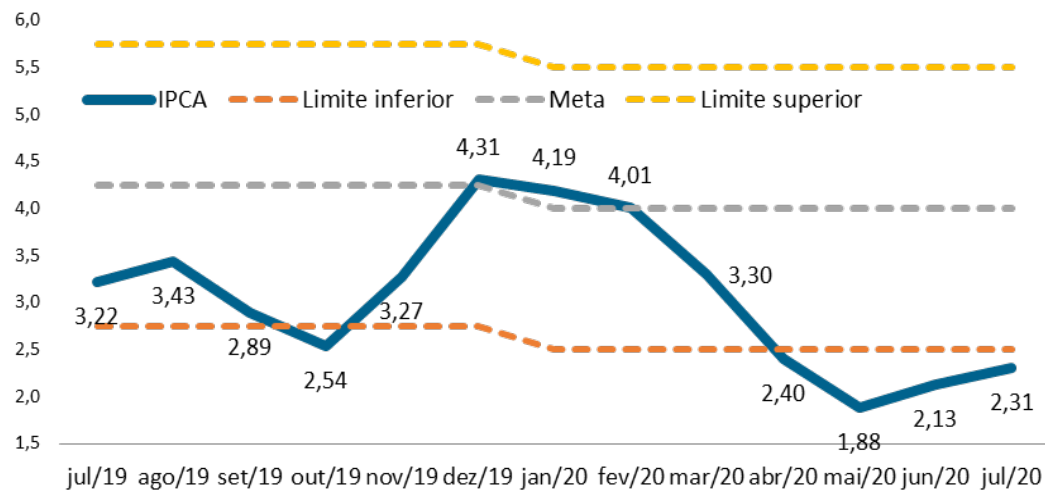
Grupamento de atividades	Junho/2020	Acumulado
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	36.836	62.633
Indústria de transformação	-2.510	-242.763
Outras indústrias	-1.035	-3.830
Construção	17.270	-32.092
Comércio, incluindo veículos, automotores e motocicletas	-16.646	-474.511
Transporte, armazenagem e correio	-8.311	-88.194
Alojamento e alimentação	-35.340	-298.920
Informação e comunicação	1.370	-8.749
Atividades profissionais, científicas e técnicas	-3.527	-20.044
Atividades administrativas e serviços complementares	15.978	-105.510
Administração pública, defesa e seguridade social	-271	14.127
Educação	-18.714	13.008
Saúde humana e serviços sociais	12.966	43.158
Artes, cultura, esporte e recreação	-4.195	-26.083
Outros serviços	-4.847	-30.501
Não identificado	-8	-91
<b>Total</b>	<b>-10.984</b>	<b>-1.198.363</b>

Fonte: Novo Caged/MTE.

(\*) Não inclui as informações declaradas fora do prazo.

Outra temática bem apropriada a análises de conjuntura econômica é a evolução dos preços. A esse respeito, destaque-se que o indicador oficial de inflação (IPCA, Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado em 12 meses (Gráfico 3), atingiu 2,31% no mês de julho de 2020, segunda alta mensal seguida. Entretanto, permanece muito abaixo do centro da meta estabelecida pelo BACEN (4,25%) e também abaixo do limite inferior (2,75%). Por outro lado, a referida edição do Relatório Focus também traz estimativa de 1,78% para o IPCA no final deste ano. Apesar de um pouco elevada relativamente à estimativa anterior, observa-se uma situação confortável, que propiciou ao Banco Central reduzir em 0,25 pontos percentuais a taxa básica de juros (Selic) – de 2,25% para 2,00% – decisão tomada na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM), em 05 de agosto. O referido Boletim Focus sinaliza que o ano de 2020 deve se encerrar com a taxa Selic inferior a 2,0%, portanto a mais baixa da história. Isso significa que, em princípio, haveria estímulo ao investimento produtivo (via menor custo do capital financeiro) e ao consumo das famílias (via redução do custo de operações de crédito – embora decorrente redução de juros, na ponta, não tenha lugar tão prontamente), além de menor pressão sobre juros da dívida pública, reduzindo o crescimento do déficit nominal. Enquanto este último efeito é decorrência imediata de reduzida taxa básica de juros, ampliação do investimento também depende de expectativas dos agentes a respeito do futuro próximo, para o que contribuem diversos fatores – entre os quais estabilidade política, e crença a respeito da capacidade governamental de avançar em reformas institucionais que tragam melhor ambiente de negócios. Ademais, no quadro atual, com considerável margem de capacidade ociosa na produção, sem dúvida há espaço para crescimento.

Gráfico 3. Brasil: IPCA acumulado em 12 meses, em % - julho/2019 a julho/2020

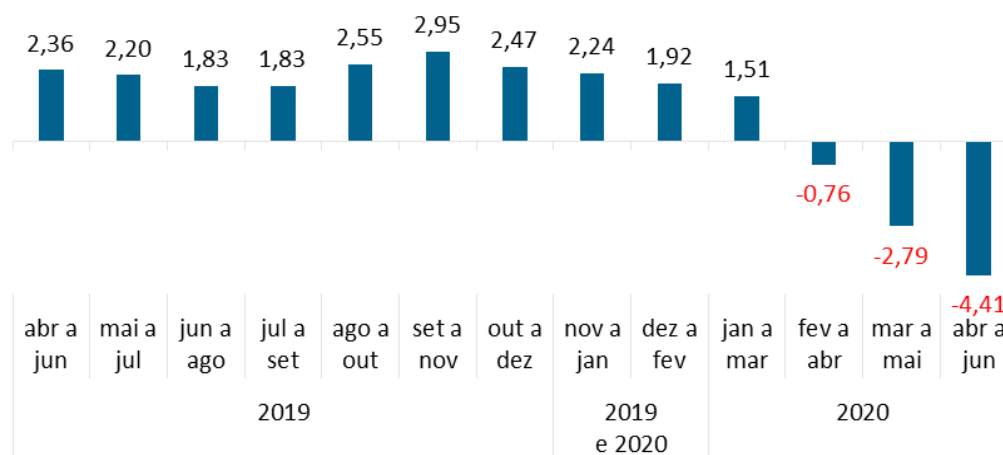


Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nesse contexto, de redução do contingente de pessoas ocupadas e desemprego elevado, é natural um declínio na massa real de salários. Com efeito, esse agregado, no segundo trimestre de 2020 registra redução de -4,41%, tendo-se por base o 2º trimestre de 2019. E, como se sabe, a massa de rendimentos do trabalho – parcela mais relevante da renda familiar – é fator fundamental para o bom desempenho, tanto do varejo quanto do volume de prestação de serviços. Trata-se de um agregado econômico que vinha perdendo ritmo desde o trimestre encerrado em novembro do ano passado, mesmo mantendo crescimento positivo, chegando a alcançar, naquele trimestre, crescimento real de 2,95%. Nos trimestres móveis terminados nos meses subsequentes, a trajetória foi de crescimento real decrescente: 2,47% no trimestre encerrado em dezembro de 2019; 2,24% em janeiro de 2020; 1,92% em fevereiro; 1,51% em março; -0,76% em abril; -2,79% em maio e, por último, -4,41% em junho.



Gráfico 4. Brasil: variação real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, em %, abr-mai-jun/2019 ao abr-mai-jun/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

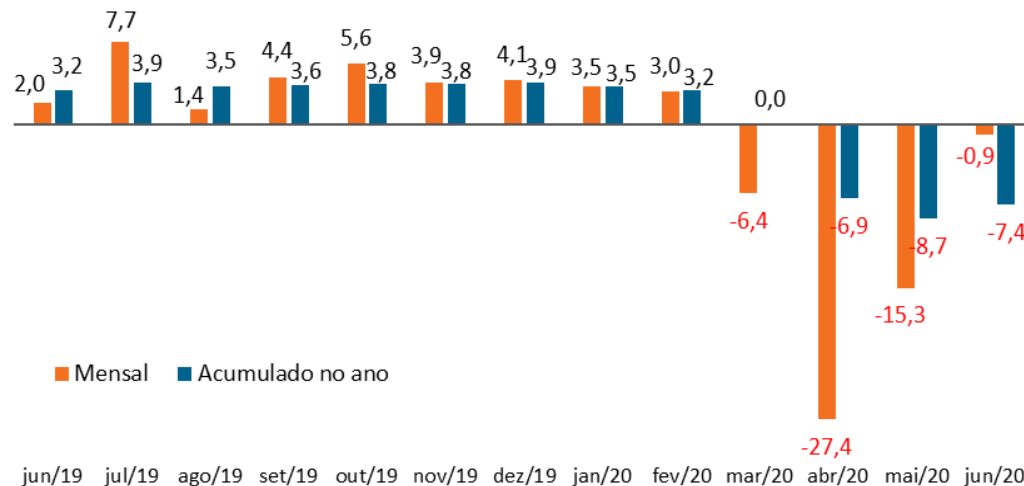
Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflador (IPCA) do mês intermediário.

## VAREJO CAI NO 1º SEMESTRE, MAS APRESENTA MELHORIA DE DESEMPENHO EM JUNHO

Esta seção contempla informações sobre o comércio varejista brasileiro – consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: varejo (restrito), como usualmente se entende por esse segmento da economia, e varejo ampliado. O Gráfico 5 traz números a respeito dos indicadores – mensal e acumulado do ano – do volume de vendas do varejo ampliado, agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito. Analogamente, vê-se – no Gráfico 6 – a trajetória mensal e o indicador acumulado do varejo restrito.

O volume de vendas do varejo ampliado (Gráfico 5), no primeiro semestre de 2020, tendo-se por base igual período de 2019, apresenta expressiva queda (-7,4%), superior ao declínio sofrido pelo conjunto da economia. A principal causa desse resultado é a convivência com o novo Coronavírus a partir da segunda metade do mês de março, com decréscimo importante na grande maioria das atividades econômicas, por conta das necessárias medidas de afastamento social. Em relação ao indicador mensal, tendo-se por base o mesmo mês do ano anterior, também registra-se significativo decréscimo do volume de vendas durante o período mais impactante do isolamento social. Nota-se, contudo, que essas reduções diminuem bastante de intensidade a partir de abril: -6,4% em março; -27,4% em abril; -15,3% em maio; e -0,9% em junho. Como se vê, o declínio em junho é de apenas 0,9%, quando em abril, com restrição mais intensa ao funcionamento de atividades econômicas não essenciais, o varejo ampliado chegou a registrar retração do volume de vendas de -27,4%.

**Gráfico 5. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Varejo Ampliado, em % – junho/2019 a junho/2020 (base: mesmo período no ano anterior)**

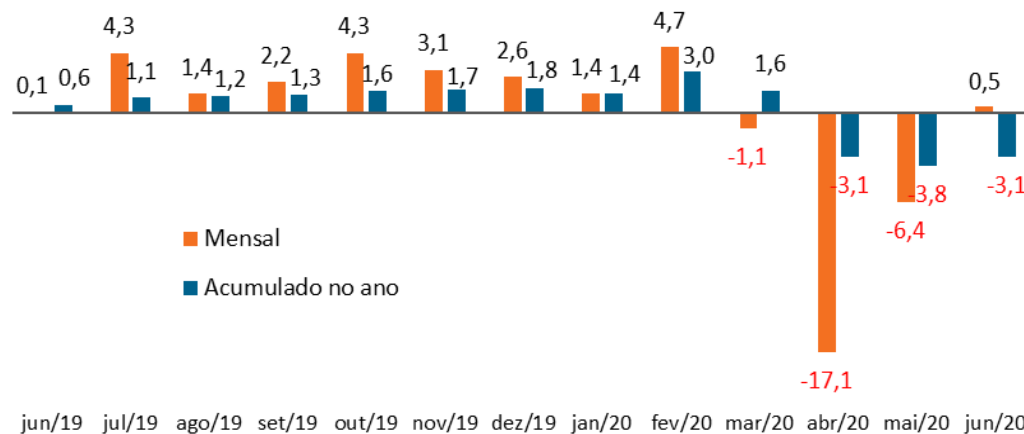


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em relação ao desempenho do varejo restrito – não considerados os segmentos de veículos e de material de construção – o desempenho no decorrer do período de pandemia é semelhante ao observado para o varejo ampliado. No entanto, além de registrar variações mensais negativas menos intensas, o varejo restrito já mostra um desempenho levemente positivo em junho, em cotejo com iguais meses de 2019: -1,1% em março; -17,1% em abril; -6,4% em maio; e 0,5% em junho. No resultado acumulado do ano, o varejo restrito revela no primeiro semestre de 2020 um declínio no volume de vendas de -3,1%, tomando-se como base o primeiro semestre de 2019 – decréscimo menor do que o registrado para a economia como um todo.

A retração mais forte do varejo ampliado, em comparação com o restrito, é explicada pela influência negativa do segmento de automóveis, que tem forte peso no varejo ampliado e, no período considerado, sofre decréscimo no volume de vendas (-21,8%) bem maior do que o conjunto do segmento varejista.

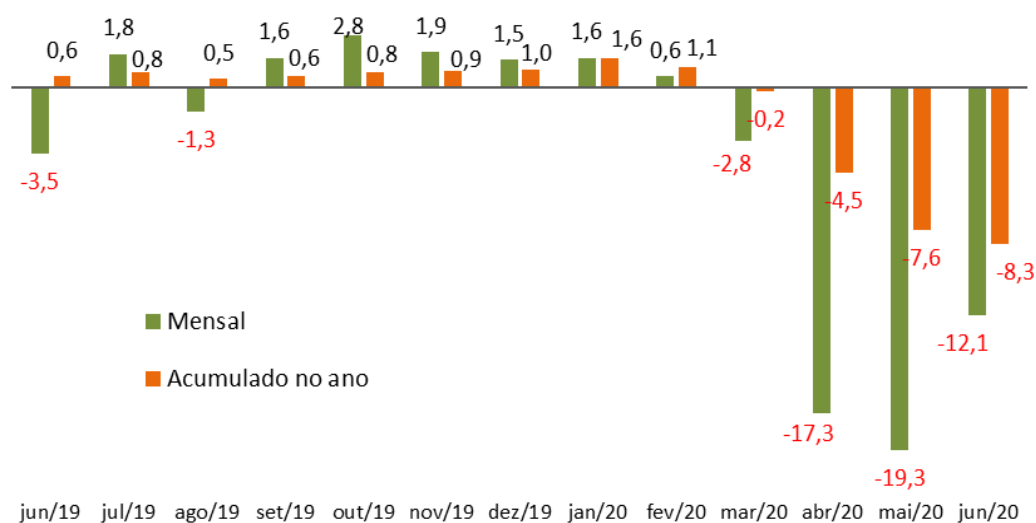
**Gráfico 6. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de vendas do Comércio Varejista, em % junho/2019 a junho/2020 (base: mesmo período no ano anterior)**



## SERVIÇOS SOFREM RETRAÇÃO MAIS FORTE, NO DESEMPENHO ACUMULADO DO ANO

O desempenho do setor de prestação de serviços foi pior do que o observado para o segmento do varejo. De fato, o volume de vendas no primeiro semestre deste ano, em cotejo com o primeiro semestre de 2019, registra desempenho fortemente negativo (-8,3%), retração maior que a estimada para a economia como um todo (-6,3% – como vimos). Ademais, os resultados mensais, no período sob influência do novo Coronavírus, são de declínio mais expressivos do que os observados no varejo: -2,8% em março, -17,3% em abril, -19,3% em maio, e -12,1% em junho – conforme ilustrado no Gráfico 7. Em suma, o segmento de prestação de serviços enfrenta maior dificuldade no processo gradual de diminuição das restrições de funcionamento das atividades econômicas. Uma situação esperada, tendo-se em vista que a prestação de serviços naturalmente envolve maior aglomeração social e, portanto, sofrem protocolos mais rígidos do que a maioria dos segmentos do varejo.

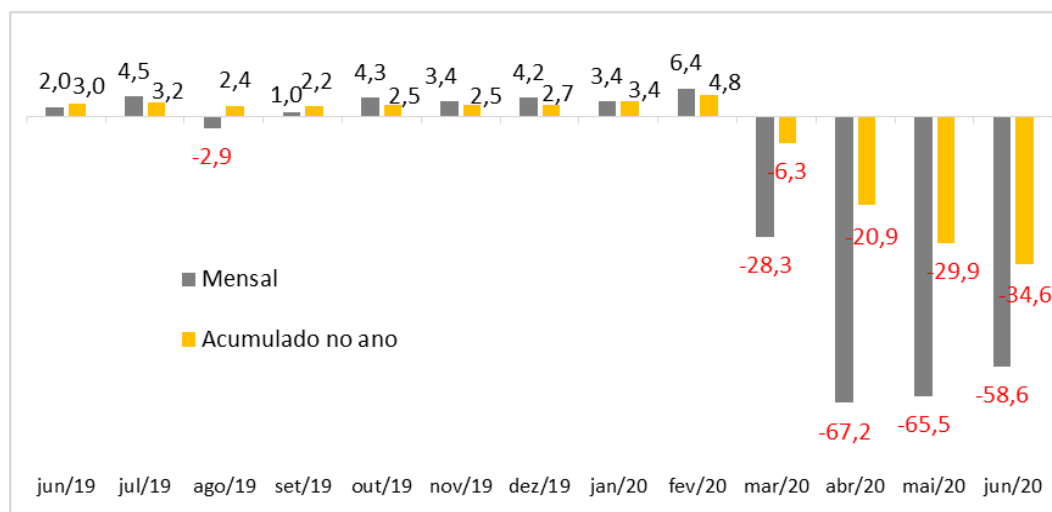
Gráfico 7. Brasil: variação mensal e variação acumulada no ano do volume de Serviços, em % – junho/2019 a junho/2020



## TURISMO: DESEMPENHO FORTEMENTE NEGATIVO

O segmento de Turismo – específico conjunto de atividades que, no âmbito de Serviços, tem significativa relevância e, como tal, é aqui particularizado – sofre retração bem mais acentuada do que as registradas para o varejo e o setor de serviços como um todo, conforme pode ser visto no Gráfico 8. Sabe-se que o setor de turismo engloba segmentos de transportes diversos, hotéis, restaurantes, etc., todos fortemente impactados por medidas de combate à pandemia. Em decorrência, as variações mensais negativas do volume de prestação de serviços do segmento do turismo – cotejo com iguais meses de 2019 – são bem mais intensas do que as registradas tanto para o comércio varejista quanto para o conjunto das atividades do setor de prestação de serviços: em março, -28,3%, abril -67,2%, em maio -65,6%, e em junho -58,6%. Desempenho mensal que leva ao forte decréscimo do volume de prestação de serviços de turismo no primeiro semestre de 2020 (-34,6%).

**Gráfico 8. Variação mensal e variação acumulada no ano do volume de serviços nas Atividades Turísticas, em % – junho/2019 a junho/2020**



Saliente-se, portanto, que os indicadores relativos ao volume de vendas, tanto do comércio varejista quanto do referente a prestação de serviços – especialmente turismo – são fortemente impactados negativamente pela pandemia. Contudo, se observa uma melhoria do desempenho do varejo, especialmente no restrito, que não inclui os segmentos de veículos e o de material de construção. Todavia, não se observa esse movimento de relativa melhoria no setor de prestação de serviços, principalmente no segmento de turismo.

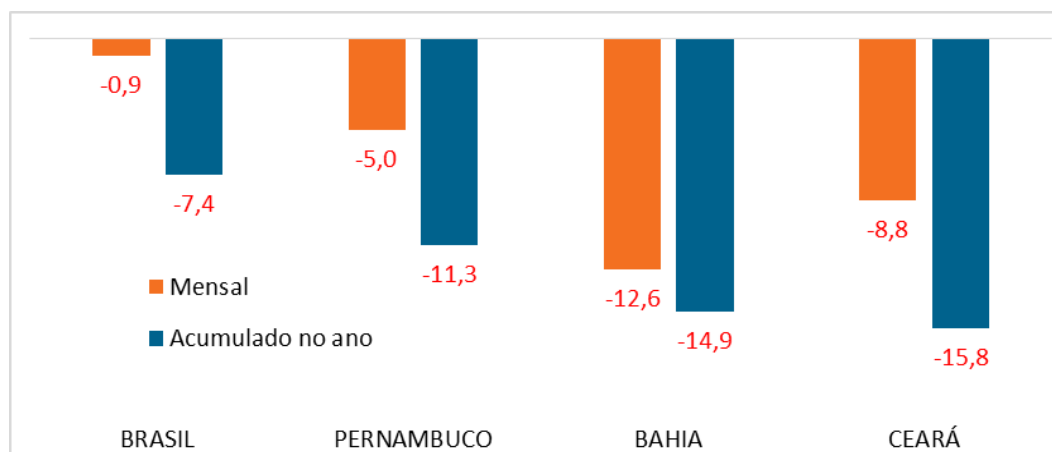
Mencione-se que, entre os segmentos do varejo, apenas supermercados e farmácias – considerados essenciais – registram variações positivas no primeiro semestre de 2020; respectivamente 5,4% e 5,3% (tendo-se por base o primeiro semestre de 2019). No que diz respeito ao segmento de prestação de serviços, as principais atividades apresentam variações negativas no primeiro semestre deste ano, em confronto com igual período do ano anterior: serviços prestados às famílias (-35,2%); serviços de informação e comunicação (-2,6%); serviços profissionais, administrativos e complementares (-10,5%); e transportes, além de serviços auxiliares aos transportes e correio (-8,5%).

## 2. COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM JUNHO DE 2020: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

Incorporam-se à análise – nesta seção – informações que permitem se contextualizar o desempenho do comércio varejista e da prestação de serviços em Pernambuco, estabelecendo-se comparações com indicadores referentes ao país e aos estados economicamente mais expressivos da região Nordeste. Informações básicas para o mês de junho de 2020 são apresentadas nos Gráficos 9 e 10: indicador mensal e o desempenho observado no primeiro semestre de 2020.

O varejo ampliado pernambucano – conforme os indicadores semestral e mensal – registra desempenho abaixo do apresentado para o país. Com efeito, o volume de vendas em Pernambuco, no primeiro semestre deste ano, revela retração de -11,3%, enquanto no varejo ampliado do país o declínio é menor (-7,4%). Analogamente, o índice mensal para o estado pernambucano registra queda de -5,0% em junho, versus -0,9% no país. Como se vê, nas duas dimensões a intensidade do decréscimo, no varejo ampliado, é mais expressiva em Pernambuco que no Brasil. No contexto regional, a Bahia e o Ceará registram, no comércio varejista ampliado, variações do volume de vendas mais fortes do que as observadas para Pernambuco: Bahia (-15,3% e -27,2% – respectivamente nos resultados acumulado e mensal); ao Ceará cabendo -15,8% e -31,3%.

Gráfico 9. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de vendas Varejo Ampliado – junho/2020 (base: mesmo período do ano anterior)

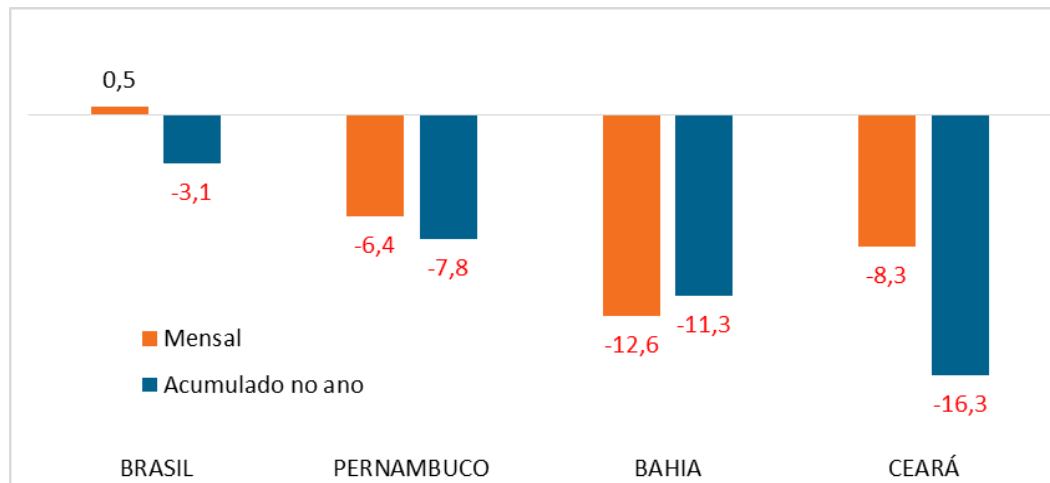


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que se refere ao desempenho do varejo restrito, o panorama não é muito diferente. Com efeito, no que se refere tanto ao desempenho do volume de vendas no primeiro semestre deste ano, quanto ao desempenho do mês de junho, em comparação com períodos similares do ano passado, o que se observa é um desempenho do estado inferior ao registrado para o comportamento médio do país. O indicador referente ao primeiro semestre mostra declínio de -7,8% em Pernambuco, versus -3,1% no Brasil. Por outro lado, o indicador mensal para Pernambuco apresenta queda de -6,4% em junho, enquanto o país revela um pequeno crescimento de 0,5%. Ambos os indicadores atestam que o varejo restrito de Pernambuco tem desempenho inferior ao registrado para o similar nacional. Em termos regionais, os resultados também vão na mesma direção do referido para o comércio varejista ampliado: a Bahia e o Ceará continuam revelando impactos negativos mais intensos, comparativamente a Pernambuco. Bahia: -11,3% e -12,6% (indicadores do 1º semestre e mensal, respectivamente); no que diz respeito ao Ceará: -16,3% e -8,3%.



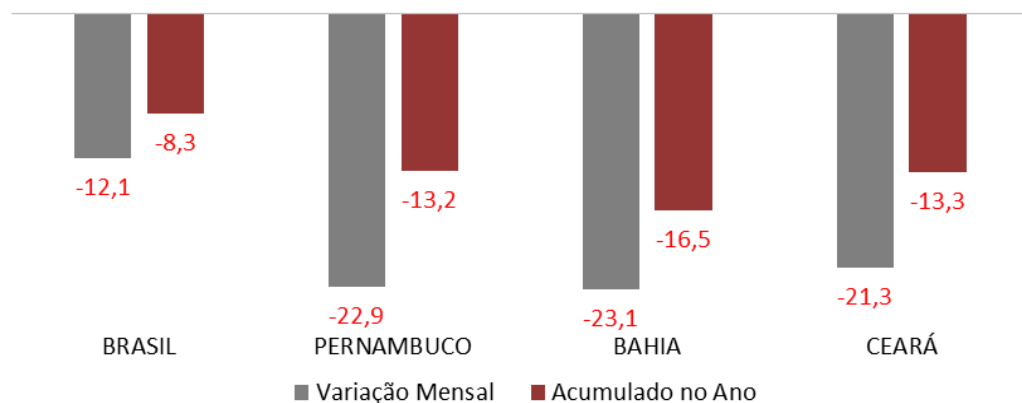
Gráfico 10. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de vendas no Comércio Varejista – junho/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No caso do setor de serviços, o desempenho observado em Pernambuco, conforme apresentado no Gráfico 11, é fortemente negativo: -22,9% em junho de 2020, em relação a junho de 2019; e -13,2% no primeiro semestre de deste ano – tendo-se por base o 1º semestre de 2019. Por outro lado, o comportamento registrado no setor de serviços do país é de variação também negativa, porém, menos intensa: -12,1% e -8,3% – respectivamente no mês de junho e no primeiro semestre do ano. Em termos regionais, repete-se o observado para o comércio varejista. Os efeitos negativos no novo Coronavírus são ainda mais intensos nos resultados registrados para os dois outros estados do Nordeste considerados na análise: Bahia -23,1% em junho, e 16,5% no primeiro semestre do ano; e o Ceará -21,3% em junho, e 13,3% no primeiro semestre. Portanto, a pandemia continua acarretando efeitos negativos mais intensos nos estados considerados no Boletim, em relação ao que ocorre no território nacional como um todo. Mesmo assim, Pernambuco mantém, tanto no varejo quanto na prestação de serviços, situação menos desfavorável do que as apresentadas pelos estados da Bahia e do Ceará.

Gráfico 11. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada, do volume de *Serviços* – junho/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



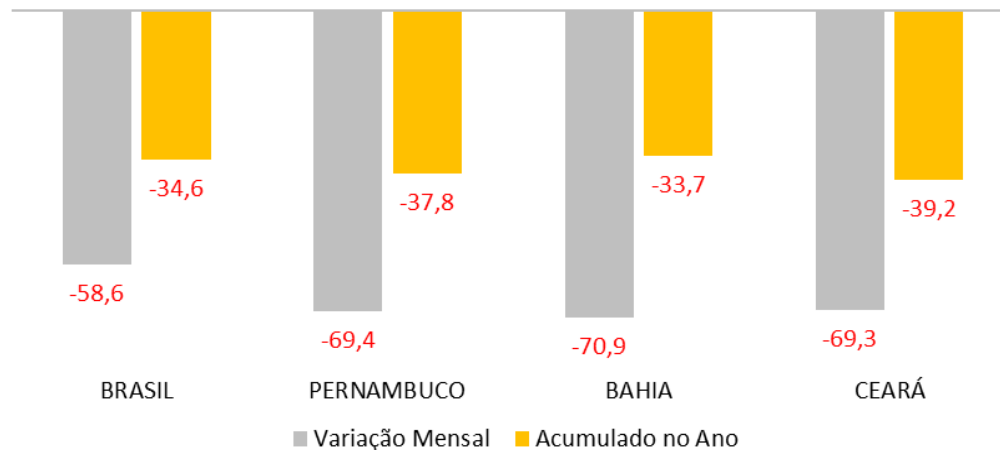
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Para finalizar, considere-se o segmento de Turismo, mantida a contextualização de Pernambuco em mais amplo espaço de referência. As informações pertinentes são sistematizadas no Gráfico 12, mantido o procedimento usual, envolvendo os indicadores mensal e semestral do volume de atividades turísticas, tendo-se como referências espaciais os mesmos três estados nordestinos destacados e o país. Reitere-se que o segmento de turismo tem sido impactado mais intensamente pelo requerido esforço de isolamento social, porque as atividades que compõem esse setor (transportes diversos, hotéis e restaurantes) constituem – pelo amplo e intenso fluxo de pessoas que utilizam esses serviços – espaços com maior probabilidade de contaminação em caso de uma pandemia, por isso sendo visto com maiores reservas pelos usuários. Ademais, considerem-se dificuldades concernentes ao movimento de turistas, especialmente os provenientes de outros países.

O desempenho de Pernambuco no segmento de atividades turísticas é fortemente negativo no resultado de junho de 2020, em comparação com junho de 2019: -69,4%. Isso, em um cenário em que o país como um todo também sofre – em tais atividades – significativo declínio (-58,6%). Em termos regionais, os dados revelam retração de grande intensidade, no mês de junho: Ceará (-69,3%) e Bahia (-70,9%). Em relação ao desempenho do primeiro semestre de 2020 – cotejo com mesmo período de 2019 – observa-se que o segmento de turismo pernambucano revela resultado negativo (-37,8%); não muito diferente do alcançado pelo segmento no plano nacional (-34,6%).

Da mesma forma, é fortemente negativo o desempenho do segmento de turismo dos estados do Ceará (-39,2%) e da Bahia (-33,7%). Em geral, no segmento de prestação de serviços de turismo não se observam diferenças muito relevantes no plano nacional, tampouco no plano regional – os indicadores mantêm-se todos com variações expressivamente negativas. Observe-se que no comparativo de junho de 2020 com o mesmo mês do ano anterior, a retração foi ampliada pelo fato deste mês ser o das festas juninas que dinamiza sazonalmente o turismo regional.

**Gráfico 12. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de Atividades Turísticas – junho/2020 (base: mesmo período do ano anterior)**



Como assinalado, ao longo do Boletim, as variações negativas do volume de vendas no comércio varejista e na prestação de serviços têm se revelado bastante expressivas, em especial no segmento de turismo. Destaque-se, contudo, haver movimento de melhoria no varejo, explicado por compras, pós-flexibilização do isolamento social, associadas a satisfação de demanda reprimida quando da fase mais restritiva decorrente do combate à pandemia. Ademais, também contribui para esse movimento o consumo impulsionado pelo auxílio emergencial, disponibilizado para desempregados, trabalhadores informais, microempreendedores individuais, entre outros contingentes. De toda forma, deve-se enfatizar que o processo de recuperação da economia brasileira será lento e exigirá algumas reformas importantes, além de mais tranquilidade no que respeita a governança e ambiente político.

## 4. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

O panorama econômico brasileiro, encerrado o primeiro semestre de 2020, traz certo alívio decorrente do razoável efeito mitigador, dos programas emergenciais de transferência de renda dirigidos a segmentos sociais mais vulneráveis. Claro que não se pode subestimar a tormenta que atingiu severamente uma economia envolta em uma década caracterizada pela estagnação, recessão e lento crescimento. Afinal, como já antecipado na seção sobre a conjuntura nacional, deverá ser ineditamente expressivo o esforço de recuperação da combatida economia brasileira. Enfrenta-se crise, sanitária e socioeconômica, de grande dimensão, não sendo totalmente previsíveis a intensidade de esforços e o tempo para plena compensação das perdas, pois o vírus continua ativo e recorrente em alguns territórios. Tampouco se pode minimizar o impacto adverso que advém de medidas erradas e da falta de coordenação estratégicas entre os entes federados no enfrentamento da pandemia, o que se reflete no prolongado platô de mais de 80 dias com casos de contágios, e de óbitos, em elevado patamar.

De fato, o desafio é alto em face do quadro revelado pelos indicadores globais comentados neste Boletim: a) possível retração de -5,46% do PIB – em 2020 (Banco Central) – sendo a hipótese menos pessimista, comparativamente a estimativas de organismos internacionais, próximas de -9,0%; b) recessão técnica no segundo trimestre deste ano (na base de -8,0% a -10,0%) relativamente ao trimestre anterior, segundo estimativas mencionadas; c) possibilidade de voltar ao nível de atividade observado na pré-pandemia não antes de 2022.

As estimativas semanais de variações do PIB, constantes do Relatório Focus (Banco Central) – que operam como sinalizador de expectativas do segmento empresarial (“o mercado”) – permanecem em declínio, conforme publicações sucessivas das sextas-feiras de 31/julho a 21/agosto: -5,66%; -5,62%; -5,52%; e, na sexta-feira 21/08: -5,46%. Tais números permanecem refletindo o fato de que, apesar de severos impactos da crise sanitária, o efeito compensador do combate à pandemia (apoio a empresas e a segmentos sociais mais fortemente atingidos por perda de ocupação e de renda) continua arrefecendo o vigor da recessão – via sustentação do consumo das famílias, em decorrência dos auxílios emergenciais. Deve-se ter em conta, todavia, que essa linha emergencial de transferência de renda poderá ser encerrada depois de dezembro de 2020, após possível redução do valor do ‘coronavoucher’ neste restante do ano; possibilidade que reduziria o efeito compensatório representado pela sustentação da

capacidade de consumo das famílias beneficiárias do auxílio. Qualifique-se, todavia, que tal efeito poderia estar sendo mais expressivo se o crédito para pequenas e médias empresas de comércio e serviços estivesse fluído, dificultado, por enquanto, por conta dos óbices à apresentação de garantias reais.

Por essas razões, muitas empresas não conseguem fechar operações de tomadas de crédito, o que leva ao encerramento ou redução de atividades com significativo declínio de postos de trabalho. Mesmo assim, o saldo líquido, positivo, de empregos formais – em julho – ultrapassou 131 mil postos de trabalho, como assinalado na seção inicial desta edição do Boletim. De todo modo, não devem ser minimizados os profundos impactos econômicos e sociais da recessão que ainda segue seu curso ao longo do semestre que agora se inicia. Também não há de se perder de vista o caráter pedagógico da crise sanitária, ao escancarar os déficits e as desigualdades que o país continua apresentando.

Portanto, o panorama econômico-social – que emerge da síntese até aqui conduzida – dá ideia de quanto desafiador será o esforço de recuperação do país. Ocorre que – considerando-se o usual padrão brasileiro de não se pensar no longo prazo – o momento atual é muito delicado para que um passo errado seja dado na busca da saída da presente crise. De fato, o Brasil não é um país que enfrenta a crise sanitária, social e econômica com a robustez estrutural das economias desenvolvidas. Trata-se de uma país que carrega déficits anacrônicos (em habitação, saneamento, infraestrutura; esta última agravada nos últimos 20 anos) e preocupante atraso educacional que são marcas de nossa história. Em paralelo a tais anomalias, o país tem tradição de negligência fiscal.

É necessário, por outro lado, que se aproveitem – como parte dos fatores favoráveis à retomada da economia brasileira – o déficit de infraestrutura e a capacidade ociosa de diversos segmentos da indústria e dos serviços. Há que se atentar, todavia, para limites e fragilidades do país no momento atual da crise mundial. O que se tem por fazer em infraestrutura é, potencialmente, fonte primordial de recuperação da economia – embora o mecanismo institucional de provimento de capital (público e privado, nacional ou externo) seja problema-chave no caso brasileiro. O setor público sozinho não poderia arcar com a tarefa, particularmente depois do esforço fiscal para combater a

pandemia. Captação de recursos privados, por sua vez, depende de adequado arcabouço institucional e de governos que infundam credibilidade e confiança, em termos de capacidade de solvência fiscal e de garantia de segurança jurídica. Os aspectos que dizem respeito ao lado fiscal e a governança têm sido, historicamente, um elemento problemático e o país precisar avançar no provimento de melhor ambiente de negócios na inter-relação com o setor privado. Afora incertezas com raízes em questões externas (crises econômicas e geopolíticas), má governança também pode gerar insegurança e incerteza, algo que vem tendo papel de destaque ao longo de uma década de múltiplas crises, agora agravada com a pandemia. São, portanto, elevados os desafios para que o país venha a enveredar, pós-pandemia, por uma rota segura e sustentada de recuperação da economia.

#### 4. BIBLIOGRAFIA

DEPARTAMENTO ECONÔMICO-BANCO CENTRAL DO BRASIL (DEPEC-BCB).  
**Índice de Atividade Econômica**. Junho/2020.

**Pesquisa Mensal do Comércio**. Junho/2020.

**Pesquisa Mensal dos Serviços**. Junho/2020.

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Junho/2020.

**Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**. Julho/2020.



### EXPEDIENTE FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Bernardo Peixoto  
Economista: Rafael Ramos  
Designer Gráfico: Nilo Monteiro

---

### EXPEDIENTE CEPLAN-PE

Osmil Galindo | Economista  
Ademilson Saraiva | Economista  
Roberto Alves | Estatístico  
Jorge Jatobá | Economista  
Tania Bacelar | Economista

Avenida Visconde de Suassuna, nº265,  
Santo Amaro, Recife-PE | CEP 50050-540  
Tel.: (81) 3231-5393 / 3231-6175  
[www.fecomercio-pe.com.br](http://www.fecomercio-pe.com.br)



 [fecomercio-pe.com.br](http://fecomercio-pe.com.br)

 [@fecomerciope](https://www.facebook.com/fecomerciope)